

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO

A QUE SE REFERE O ARTIGO 103.º DO REGIMENTO DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE
FEVEREIRO DE 2025



CAPÍTULO I

GENERALIDADES

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável é constituída pelos seguintes Deputados:

- **Do Partido Social Democrata (PSD)**

Ana Jorge

Flávio Soares

Francisco Gaspar

Luís Soares

Sabrina Furtado

- **Do Partido Socialista (PS)**

Berto Messias

Cristina Calisto

Joana Pombo Tavares

Russell Sousa

Lubélio Mendonça

- **Do Partido Chega (CH)**

José Sousa

- **Do Partido Popular Monárquico (PPM)**

João Mendonça

- **Do Pessoas – Animais – Natureza (PAN)**

Pedro Neves

- **CDS- – Partido Popular (CDS-PP)**

Pedro Pinto (participa sem direito a voto)



A Mesa da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável é constituída pelos seguintes Deputados:

- **Presidente**
Flávio Soares (PSD)
- **Relator**
Luís Soares (PSD)
- **Secretária**
Joana Pombo Tavares (PS)

CAPÍTULO II REUNIÕES EFETUADAS

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 28 de janeiro de 2025, na ilha de São Miguel, e com recurso a videoconferência, com a seguinte ordem de trabalhos:

28 de janeiro de 2025

1. Audição do Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, Mestre António Ventura, no âmbito das seguintes iniciativas:
 - 1.1 Anteproposta de Lei n.º 4/XIII (CH) – “Décima alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto”;
 - 1.2 Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XIII (PAN) – “Serviço de Atendimento Veterinário Itinerante”.
2. Emissão de parecer sobre as incompatibilidades e/ou impedimentos do Deputado Vasco Ilídio Alves Cordeiro;
3. Emissão de parecer sobre as incompatibilidades e/ou impedimentos do Deputado Paulo Jorge Faim Margato;
4. Emissão de parecer sobre as incompatibilidades e/ou impedimentos da Deputada Cristina de Fátima Silva Calisto;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

5. Emissão de parecer relativo à solicitação do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores, Juízo de Competência Genérica de Velas, referente ao pedido de autorização para testemunho da Deputada Catarina Oliveira Cabeceiras;
6. Audições no âmbito da Petição n.º 9/XIII – “Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande”:
 - 6.1. 1.º Peticionário, Senhor Mário Fernando Moura;
 - 6.2. Coordenador da Associação de Nadadores-Salvadores da Costa Norte, Senhor Marco Medeiros.
7. Outros assuntos.

CAPÍTULO III TRABALHOS REALIZADOS

1. Relatório e parecer sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que a Deputada Catarina Oliveira Cabeceiras, possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo Suspensão ou Destituição Tit. Órgãos Sociais 88/23.6T8VLS;
2. Relatório sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Cristina de Fátima Silva Calisto;
3. Relatório sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Paulo Jorge de Azevedo Faim Margato;
4. Relatório sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Vasco Ilídio Alves Cordeiro;
5. Relatório e Parecer sobre a Audição n.º 26/XIII (GR) – “Projeto de portaria que aprova os procedimentos relativos à adesão das entidades proprietárias de publicações periódicas”;
6. Relatório e Parecer sobre a Audição n.º 25/XIII (GR) – “Projeto de decreto-lei que aprova o programa de oferta de assinaturas digitais de publicações periódicas a todos os jovens entre os 15 e os 18 anos - MAP - (Reg. DL 381/XXIV/2024)”;
7. Relatório e Parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 6/XIII (GOV) – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2023”.



CAPÍTULO IV

TRABALHOS PENDENTES

1. Projeto de Resolução n.º 29/XIII (PS) – “Comissão Eventual de Inquérito ao funcionamento do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente ao processo de recuperação e retoma dos serviços no Hospital do Divino Espírito Santo, na sequência do incêndio ocorrido a 4 de maio de 2024”;
2. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XIII (GOV) – “Que estabelece o regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental”;
3. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 16/XIII (PAN) – “Serviço de Atendimento Veterinário Itinerante”;
4. Anteproposta de Lei n.º 9/XIII (BE) – “Décima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na sua redação atual”;
5. Anteproposta de Lei n.º 4/XIII (CH) – “Décima alteração ao Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto”;
6. Petição n.º 15/XIII – “Contra o regresso da sorte de varas aos Açores”. Jessica Costa Pacheco (Associação Vegana dos Açores);
7. Petição n.º 13/XIII – “Não ao uso do glifosato em zonas públicas nos Açores”. Mário Roberto Sousa Carvalho;
8. Petição n.º 12/XIII – “Pela proteção e requalificação da Praia Formosa, ilha de Santa Maria”. Rui Jorge Parece Baptista;
9. Petição n.º 9/XIII – “Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande”. Mário Fernando Oliveira Moura;
10. Audição n.º 29/XIII (GOV) – “Projeto de decreto-lei que altera o Decreto-Lei n.º 98/2007, de 2 de abril que aprova o regime de incentivo à leitura de publicações periódicas - MAP - Reg. DL 414/XXIV/2024”;
11. Audição n.º 29/XIII (AR) – “Projeto de Lei n.º 419/XVI/1.ª (PSD) - Revisão do regime jurídico do ordenamento do espaço marítimo nacional com o objetivo de introduzir uma moratória à mineração em mar profundo”;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

12. Audição n.º 27/XIII (AR) – “Projeto de Lei n.º 453/XVI/1.ª - Introduce uma moratória sobre as atividades de prospeção, pesquisa, exploração e utilização de depósitos minerais em zonas marítimas sob jurisdição nacional até 1 de janeiro de 2050”;
13. Audição n.º 26/XIII (AR) – “Projeto de Lei n.º 458/XVI/1.ª (PS) - Estabelece uma moratória sobre a mineração em mar profundo até 2050 e procede à segunda alteração à Lei n.º 17/2014, de 10 de abril e à primeira alteração à Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro”.

Angra do Heroísmo, 07 de fevereiro de 2025

O Relator

Luís Soares

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

Flávio Soares